

**A Linguagem Simples no Atendimento Educacional Especializado e as tessituras da inclusão**

**The Plain Language in Specialized Educational Service and the weavings of inclusion**

**El Lenguaje Claro en el Servicio Educativo Especializado y los tejidos de la inclusión**

Recebido: 17/12/2020 | Revisado: 22/12/2020 | Aceito: 22/12/2020 | Publicado: 22/12/2020

**Felipe Lucas de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7650-0808>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [felipelucas.mipibu@hotmail.com](mailto:felipelucas.mipibu@hotmail.com)

**Lúcia de Araújo Ramos Martins**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1867-4866>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [luc.martins@terra.com.br](mailto:luc.martins@terra.com.br)

**Resumo**

A educação é uma questão de direitos humanos e as pessoas com deficiência devem fazer parte dela. Uma Escola Inclusiva é aquela que educa todos os alunos em classes regulares, pois todos os educandos têm oportunidades adequadas de aprender, que são desafiadoras, mas que são adequadas às suas habilidades e necessidades, assim como recebem o apoio que eles e seus docentes precisam para terem sucesso nas atividades. A Linguagem Simples é uma forma de acessibilidade que busca a superação de barreiras comunicacionais, através da adaptação de textos para uma linguagem que se aproxime mais da fala, uma linguagem com palavras mais usuais, buscando a participação ativa do indivíduo na sociedade. Ela pode favorecer a diversos públicos, inclusive às pessoas com deficiência ou com algum transtorno de aprendizagem. Diante disso, o objetivo do presente estudo será oferecer uma formação em Linguagem Simples aos professores do Atendimento Educacional Especializado, no município de São José de Mipibu/RN. Na busca de alcançarmos tal objetivo, realizaremos oficinas de formação para os professores atuantes nas Salas de Recursos Multifuncionais, realizando um Estudo de Caso, através da observação, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, anteriores e posteriores à realização das oficinas. Como produto inicial, produzimos um vídeo de apresentação das oficinas que se encontra no repositório da eduCAPES. Buscaremos, ao final das oficinas, que os professores possam ser capazes de adaptarem

textos de forma adequada para os alunos que apresentam deficiência na escola regular. Pretendemos com o presente estudo contribuir para futuras investigações e formações na área da Linguagem Simples na Educação Inclusiva, já que, na atualidade, existem poucas pesquisas e estudos relacionados com essa temática no nosso país.

**Palavras-chave:** Acessibilidade textual; Educação Inclusiva; Sala de Recursos Multifuncionais; Linguagem Simples.

### **Abstract**

Education is a human rights issue and people with disabilities must be part of it. An Inclusive School is one that educates all students in regular classes, as all students have adequate opportunities to learn, which are challenging, but which are suited to their skills and needs, as well as receiving the support they and their teachers need to succeed in activities. The Plain Language is a form of accessibility that seeks to overcome communication barriers, through the adaptation of texts to a language that is closer to speech, a language with more usual words, seeking the active participation of the individual in society. It can favor different audiences, including people with disabilities or with a learning disorder. Therefore, the objective of the present study will be to offer a training in Plain Language to the teachers of Specialized Educational Service, in the municipality of São José de Mipibu / RN. In order to achieve this goal, we will hold training workshops for teachers working in the Multifunctional Resource Rooms, conducting a Case Study, through observation, application of questionnaires and semi-structured interviews, before and after the workshops. As an initial product, we produced a video presenting the workshops that can be found in the eduCAPES repository. We will seek, at the end of the workshops, that teachers may be able to adapt texts appropriately for students with disabilities in regular schools. We intend with the present study to contribute to future investigations and training in the area of Plain Language in Inclusive Education, since, currently, there is little research and studies related to this theme in our country.

**Keywords:** Textual accessibility; Inclusive education; Multifunctional Resource Room; Plain language.

### **Resumen**

La educación es una cuestión de derechos humanos y las personas con discapacidad deben formar parte de ella. Una Escuela Inclusiva es aquella que educa a todos los estudiantes en clases regulares, ya que todos los estudiantes tienen oportunidades adecuadas para aprender, que son desafiantes, pero que se adaptan a sus habilidades y necesidades, además de recibir el apoyo que ellos y sus docentes necesitan para tener éxito en las actividades. El Lenguaje Claro es una forma de accesibilidad que busca superar las barreras comunicativas, mediante la adaptación de los textos a un lenguaje más cercano al habla, un lenguaje con palabras más habituales, buscando la participación activa del individuo en la sociedad. Puede favorecer a diferentes públicos, incluidas personas con discapacidad o con trastornos del aprendizaje. Por tanto, el

objetivo del presente estudio será ofrecer una formación en Lenguaje Claro a los maestros del Servicio Educativo Especializado, en el municipio de São José de Mipibu / RN. Para lograr este objetivo, realizaremos talleres de capacitación para docentes que laboran en las Aulas de Recursos Multifuncionales, realizando un Estudio de Caso, mediante observación, aplicación de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas, antes y después de los talleres. Como producto inicial, realizamos un video presentando los talleres que se pueden encontrar en el repositorio de eduCAPES. Buscaremos, al final de los talleres, que los maestros puedan adaptar los textos de manera apropiada para los estudiantes con discapacidad en las escuelas regulares. Pretendemos con el presente estudio contribuir a futuras investigaciones y capacitaciones en el área de Lenguaje Claro en Educación Inclusiva, ya que, en la actualidad, existen pocas investigaciones y estudios relacionados con esta temática en nuestro país.

**Palabras clave:** Accesibilidad textual; Educación inclusiva; Sala de recursos multifuncional; Lenguaje Claro.

## **Introdução**

A educação é uma questão de direitos humanos e as pessoas com deficiência devem fazer parte do contexto educacional regular. Utilizamos aqui o termo deficiência com base no modelo social da deficiência, compreendendo-a “como uma manifestação da diversidade humana. Um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial” (DINIZ, BARBOSA, SANTOS, 2009, p. 67). Sendo assim, as exclusões e as barreiras encontradas na sociedade pelas pessoas com algum tipo de impedimento, é resultado de uma cultura não inclusiva, ou seja, o problema não está na deficiência em si, mas nas relações e interações sociais excludentes que ainda existem.

Esse modelo faz oposição ao modelo biomédico, que se fez presente por muitos anos e que entende que a deficiência “é uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie” (DINIZ, BARBOSA, SANTOS, 2009, p.67). Entendemos, então, que o modelo social é o que mais se aproxima do que entendemos de deficiência e é nesta concepção que centraremos as formações em Linguagem Simples para os professores do Atendimento Educacional Especializado.

## **Um pouco de história e a inclusão**

Ao longo da história as pessoas com deficiência receberam diversas formas de tratamento, atendimento, educação e também de exclusão, sempre em consonância com o contexto com o qual estavam inseridas. Nossa realidade nos mostra que “ignorando sua longa construção sociocultural, muitos têm sido os que entendem a situação atual como resultado de suas próprias ações ou de contemporâneos seus” (MAZZOTA, 1996, p.15).

Para compreendermos a situação educacional atual vivida pelas pessoas com deficiência é importante entendermos a história e toda sua evolução ao longo do tempo (MARTINS, 2015). Por muito tempo, as pessoas com deficiência foram exterminadas, abandonadas ou recolhidas em abrigos, asilos, hospícios e hospitais, pois não eram consideradas dignas de viver na sociedade. Somente na década de 1960 é que passaram a ser inseridas, embora de forma bem lenta, nas escolas regulares, porém, com a condição de se adaptarem ao ambiente escolar. Caso isso não ocorresse, elas seriam deslocadas para escolas especializadas ou classes especiais. Esse movimento é chamado de Integração. Apenas no início da década de 1990 surgiu um novo paradigma para romper com o anterior, que passou a ser conhecido como o paradigma da Inclusão, que estabelece um novo olhar sobre a pessoa com deficiência.

A partir daí, embora de forma lenta, começou a ser buscada uma escola inclusiva. Diante do paradigma da Inclusão não é mais o aluno que tem que se adaptar à escola, mas a escola é que deve suprir as necessidades do educando, fornecendo todos os subsídios necessários para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Segundo Stainback, Stainback (1999, p. 21),

[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos sejam satisfeitas.

Uma Escola Inclusiva é aquela que educa todos os alunos em classes regulares, pois todos os educandos têm oportunidades adequadas de aprender, que são desafiadoras, mas que são adequadas às suas habilidades e necessidades, assim como recebem o apoio que eles e seus docentes precisam para terem sucesso nas atividades.

Sempre no sentido de tentar chegar a uma educação mais próxima da educação inclusiva, não sabemos ao certo qual o caminho devemos seguir, são muitas as questões

e discussões que temos que refletir. Como nos diz Rodrigues (2006, p.14) “talvez o mais adequado seja pensarmos que as ideias bem feitas deverão provir de práticas corajosas, refletidas e apoiadas”, sem a certeza alguma se esse é o caminho certo, mas sempre na intenção de uma educação de todos mais justa e cidadã.

### **O Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

Uma das políticas públicas que surge com essa nova concepção de paradigma é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem como uns de seus objetivos

o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008, p. 8).

Esse documento esclarece quem é o público-alvo da Educação Especial e define qual a função do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que servirá para

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que se encontram nas escolas regulares, em nosso país. O AEE deve ser previsto no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino e acontecer em consonância com a sala de aula regular, com vistas à autonomia do aluno, tanto na escola como em seu meio social, devendo ser oferecido em todos os níveis de ensino da educação básica, no contraturno, por professor especializado. Este deve fazer um constante diálogo com docentes da classe regular, gestores, funcionários e familiares.

Não é um reforço escolar, mas é um serviço ofertado por um professor especializado que, conjuntamente com o professor da classe regular, verifica as barreiras existentes para a aprendizagem dos alunos e faz opção por recursos que

possibilitem o seu desenvolvimento.

## **A Linguagem Simples**

A Linguagem Simples é uma forma de acessibilidade que busca a superação de barreiras comunicacionais, através da adaptação de textos para uma linguagem que se aproxime mais da fala, uma linguagem com palavras mais usuais, buscando a participação ativa do indivíduo na sociedade. Ela pode favorecer a diversos públicos, inclusive às pessoas com deficiência ou com algum transtorno de aprendizagem.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu Artigo 3º, institui a Linguagem Simples como uma forma de comunicação:

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2015, p.1).

A citada Lei visa promover e assegurar condições de igualdade para as pessoas com deficiência e a plena participação na sociedade. Segundo Fischer (2020, p. 248) “uma informação só estará acessível se for fácil de entender. Informar de um jeito complicado praticamente equivale a não informar”. A Linguagem Simples é uma forma de superar barreiras comunicacionais objetivando a inclusão.

## **Metodologia**

Mesmo com toda preocupação da sociedade em incluir, sabemos que ainda muitos alunos permanecem excluídos do processo de ensino/aprendizagem. Diante disso, nos propusemos a oferecer uma formação em Linguagem Simples aos professores do Atendimento Educacional Especializado, no município de São José de Mipibu/RN.

Na busca de alcançarmos tal objetivo, realizaremos oficinas pedagógicas de formação para os professores atuantes nas salas de Recursos Multifuncionais. Oficinas pedagógicas são, segundo Vieira e Volquind (2002, p.11), [...] “uma forma de ensinar e aprender, mediante a realização de algo feito coletivamente. Salienta-se que oficina é

uma modalidade de ação”, relacionando teoria e prática, junto com a socialização do grupo em atividades dinâmicas.

Concomitantemente com as oficinas, realizaremos um Estudo de Caso, que consiste em um estudo qualitativo, através da observação, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, anteriores e posteriores à realização das oficinas.

O Estudo de Caso “[...] é um estudo que analisa com profundidade um ou poucos fatos, com vistas à obtenção de um grande conhecimento com riqueza de detalhes do objeto estudado” (SANTOS, 2003, p. 172).

Ele pode ter graus de dificuldades que variam, tendo como característica o fato de ser mais fácil de ser efetivado do que aqueles empreendidos em diversos locais simultaneamente e com sujeitos distintos.

Esse método consiste em

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados [...] (YIN, 2001, p. 32-33).

Nele, o contexto é levado em consideração, com a intenção de compreender os fenômenos sociais existentes, na busca da compreensão de sua totalidade. Nesse sentido, almejaremos em nossa pesquisa os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

### **Produto inicial das oficinas – O vídeo**

Como proposta de atividade da disciplina de Materiais e Objetos Educacionais na Perspectiva de Educação Especial, do Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEESP), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), produzimos um produto inicial sobre as oficinas pedagógicas. A proposta da disciplina era que seus discentes produzissem materiais/objetos de aprendizagem, relacionados com as suas pesquisas.

Segundo Braga e Menezes (2015, p. 13), “os Objetos de Aprendizagem podem ser vistos como componentes ou unidades digitais, catalogados e disponibilizados em repositórios na Internet para serem reutilizados para o ensino”. A reutilização dos Objetos de aprendizagem (OA) é uma de suas características marcantes, podendo apoiar

diversas propostas de ensino, desde que os objetivos de aprendizagens estejam bem definidos pelo professor.

Hoje em dia, devido ao avanço cada vez maior da tecnologia e conseqüentemente a propagação da Internet, muitos conteúdos ficam a disposição dos professores que acabam ficando perdidos em meio a tanta informação. “Muitos desses materiais foram desenvolvidos em grandes blocos, por exemplo, cursos completos, softwares e vídeos que tratam de diversos conteúdos” (BRAGA, MENEZES, 2015, p12), o que pode dificultar sua utilização, as vezes o professor só precisa de uma parte do todo, e os OA estão divididos e classificados em seus repositórios, facilitando o acesso.

Nesse sentido, escolhemos como produto final da disciplina a produção de um vídeo de apresentação das Oficinas Pedagógicas de Linguagem Simples para professores do AEE, explicando alguns conceitos importantes e como as oficinas serão organizadas. O vídeo servirá também, como subsídio metodológico para as oficinas pedagógicas e pode ser encontrado no repositório do eduCAPES, um portal aberto onde está contido diversos Objetos de Aprendizagem, podendo auxiliar a professores e alunos de diversos níveis e modalidades da educação.

No vídeo apresentamos os conceitos de Educação Inclusiva, Linguagem Simples, AEE e Salas de Recursos Multifuncionais, assim como a importância de se realizar oficinas pedagógicas para o processo de ensino/aprendizagem. Por fim, explicamos como serão divididas as oficinas e seus conteúdos programáticos. Assim, os professores podem ter acesso ao vídeo no repositório sempre que necessitarem da organização das oficinas pedagógicas com vistas a uma melhor compreensão do processo de formação.

Link de acesso ao vídeo: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/584477>

### **Considerações Finais**

Entendendo o conceito de deficiência pelo modelo social, onde os impedimentos não são em si uma barreira e que a sociedade excludente é que cria as dificuldades para a Inclusão, deste modo, compreendemos que o paradigma da inclusão é legítimo. Acreditamos que as pessoas com deficiência devem fazer parte do processo educativo



na escola regular e o Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais é um excelente serviço complementar e não substitutivo, que pode favorecer o desenvolvimento global dos indivíduos.

A Linguagem Simples como recurso de acessibilidade comunicacional no AEE, também pode favorecer a professores e alunos com diversas características através da adaptação de textos, facilitando a interação e promovendo a autonomia. Foi, portanto, diante disso que nos propusemos a realizar nossa pesquisa.

Buscaremos, ao final da pesquisa, que os professores possam ser capazes de adaptarem textos de forma adequada para os alunos com deficiência na escola regular. Pretendemos, com o presente estudo, contribuir para futuras investigações e formações na área da Linguagem Simples na Educação Especial, já que na atualidade existem poucas pesquisas e estudos relacionados com esta temática no nosso país.

## Referências

BRAGA, J., & MENEZES, L. (2015). Introdução aos Objetos de Aprendizagem. In B. Juliana (Org.). **Objetos de Aprendizagem Volume 1: introdução e fundamentos**. (pp. 10-34). Santo André: UFABC. Disponível em: [http://pesquisa.ufabc.edu.br/intera/wpcontent/uploads/2015/11/ObjetosDeAprendizagemVol1\\_Braga.pdf](http://pesquisa.ufabc.edu.br/intera/wpcontent/uploads/2015/11/ObjetosDeAprendizagemVol1_Braga.pdf).

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão** da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 11 dezembro. 2020.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 11 dezembro. 2020.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wenderson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR**, v. 6, n. 11, dez. 2009. p. 65-77. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>.

FISCHER, Heloisa. So é acessível se der para entender. In: MICHELON, Francisca Ferreira; SALASAR, Desirée Nobre (Orgs.). **Acessibilidade Cultural, Atravessando Fronteiras**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020, p. 244-356.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI**. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.) **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: [http://www.ceeja.ufscar.br/dez\\_ideias\\_sobre\\_deficientes](http://www.ceeja.ufscar.br/dez_ideias_sobre_deficientes).

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VIEIRA, E. VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.